

Recursos do BID para programa do Senado

João Luiz Rosa
de São Paulo

O Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen) está pronto para ingressar em uma nova fase do programa Interlegis, cuja meta é interligar as câmaras municipais e assembleias legislativas de todo o País à Câmara Federal e ao próprio Senado. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) aprovou um empréstimo de US\$ 50 milhões, a ser aplicado no programa, no prazo de três anos. Agora, para a liberação do dinheiro, falta a aprovação do endividamento pelo Senado.

“No primeiro ano, a estratégia é atingir 500 municípios”, informa Regina Célia Peres Borges, diretora executiva do Prodasen. Até a conclusão do programa, que poderá ter uma proposta de desdobramento ao término dos três anos previstos, cerca de 3,5 mil municípios deverão estar interligados, diz Regina.

O Interlegis prevê o fornecimento de pelo menos uma estação de trabalho multimídia a cada órgão legislativo municipal ou estadual. Pelo sistema, apoiado totalmente na Internet, os parlamentares poderão fazer videoconferências e trocar informações por meio de correio eletrônico (e-mail), além de divulgar projetos e informações em home pages que são feitas quase automaticamente pelo Interlegis.

A rede funciona em dois níveis: o primeiro privado e o segundo público, para facilitar o acesso da popu-

lação aos parlamentares. “Dois parlamentares poderão comunicar-se entre si ou com o cidadão comum”, explica a diretora do Prodasen. “Um senador, por exemplo, também precisa conhecer as expectativas da população, que está na outra ponta.”

O usuário comum poderá encontrar listas com os endereços na Web dos cerca de 60 mil parlamentares brasileiros, entre vereadores, deputados estaduais e federais e senadores. A consulta poderá ter vários formatos: por município, estado, partido ou pelo próprio nome do parlamentar, explica Regina.

O Prodasen já emitiu comunicados para os órgãos legislativos do País, que poderão escolher entre aderir ou não ao programa. Os parlamentares também poderão escolher, individualmente, entrar ou permanecer fora do Interlegis.

Na próxima semana, possíveis aplicações do programa serão analisadas no III Encontro Nacional de Informática Aplicada ao Legislativo (Enial), que será realizado no Rio de Janeiro. “Existe uma série de possibilidades, como a consolidação de uma base de dados de informações municipais e a colocação, na rede, de jurisprudência e normas jurídicas, entre outros itens”, diz Regina. “Queremos criar um plenário virtual”, afirma a diretora.

Lançado em julho do ano passado, o programa Interlegis já tem um site na Internet, que pode ser acessado pelo endereço eletrônico www.interlegis.gov.br. ■